



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NO
ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: POR ONDE ANDA?**

REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA CASTRO

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NO
ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: POR ONDE ANDA?**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rejane Aparecida de Oliveira Castro

A AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: POR ONDE ANDA?

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em 21 de março de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. avaliador

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

Rejane Aparecida de Oliveira Castro - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, aos professores que sonham, lutam, por uma educação onde prevalece a qualidade do que é ensinado ao discente, e a avaliação significativa do aprendizado.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me deixar viver com saúde e serenidade para concluir este trabalho, encorajando-me diante dos obstáculos e desafios ocasionados pela própria vida.

À Universidade Federal de Minas Gerais, por oportunizar a convivência com professores que aprofundaram meu currículo acadêmico de forma inigualável.

À professora Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca, minha mais que orientadora e amiga, pelo carinho, paciência, compreensão, conselhos oportunos em várias situações delicadas as quais vivi.

À minha família, em especial meu esposo Adelmiro de Castro e meus filhos: Lucas de Oliveira Castro e Walquíria de Oliveira Castro pela compreensão, paciência com que me trataram durante o ano de estudo.

*“O valor da avaliação não está no instrumento
em si mas no uso que se faça dele..”
(Juan Manuel Álvarez Méndez, 2002)*

RESUMO

Esta análise “A autoavaliação docente e discente na Educação Infantil Pública: por onde anda?” objetiva refletir sobre o processo avaliativo nos moldes atuais, construindo um diálogo com a avaliação da aprendizagem em uma escola pública de Educação Infantil. Busca-se, sobretudo, desenvolver considerações a respeito da articulação da autoavaliação docente com a construção de uma pedagogia crítica, visando implantá-la por meio das tomadas de decisões, visto que, no Projeto Político Pedagógico da escola em questão já consta o processo de autoavaliação. Por fim, implantá-la, efetivamente, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, junto à comunidade escolar, corpo docente, discente, gestor escolar, conscientizando-os do valor da autoavaliação sob o prisma da gestão democrática. Enfatiza-se a necessidade de repensar as concepções avaliativas implementadas nas escolas públicas e questionar se essas avaliações estão contribuindo para o crescimento acadêmico do discente e para a consolidação da autoavaliação de acordo com a proposta do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: autoavaliação docente, ensino-aprendizagem, Projeto Político Pedagógico, gestão democrática.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1.2 Objetivos..... | 11 |
| 1.2.1- Objetivo Geral..... | 11 |
| 1.2.2 - Objetivos Específicos | 11 |
| 1.3 Justificativa | 11 |
| 1.4 Percurso teórico metodológico | 12 |
| 2. AVALIAÇÃO: UM ATO ISOLADO | 13 |
| 3. AUTO AVALIAÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA O APRENDIZADO..... | 15 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 19 |
| 5. REFERÊNCIAS | 21 |
| 6. ANEXOS..... | 23 |

1. INTRODUÇÃO

Esta análise “A autoavaliação docente e discente na Educação Infantil pública: por onde anda?” objetiva refletir sobre o processo avaliativo nos moldes atuais, construindo um diálogo com a avaliação da aprendizagem em uma escola pública de Educação Infantil. Por conseguinte, analisa a cultura da avaliação/reprovação, considerando o Brasil como país que foi colonizado para o trabalho braçal. Assim pensando, ressalta-se que a educação era direcionada para o colonizador com o propósito de conseguir mão de obra, no cultivo da cana de açúcar e mineração, sem oneração. Nesse sentido, Werneck (2000) considera que do status de colônia à República nada mudou, uma vez que a prioridade era mão de obra barata. E não era vantajoso para os governantes investirem em educação. (WERNECK,2000)

Werneck (2000) ressalta que o processo de avaliação torturava a mente dos discentes, até optarem por sair da escola, selecionando uma minoria para continuar os estudos. Para justificar o êxodo escolar o sistema educacional, se resguardava por meio de currículos oficiais, de forma que uma minoria conseguia se enquadrar dentro dos moldes, a que se propõe a educação e às avaliações com o objetivo de privilegiar determinada classe social. Assim, políticas educacionais pautaram muitas discussões a respeito da avaliação, pontuando que a mesma não é o fim do problema, mas o começo de tudo. (WERNECK,2000)

Enfatiza-se que adotar uma postura inovadora frente à elaboração de avaliações implica em mudar e abandonar métodos tradicionais de aula expositiva. Estabelecer vinculação entre o que se vive e o que se concebe é importante para a abordagem científica. Perin (1989, p. 27) explica que o concebido “constitui o discurso articulado que procura determinar o eixo do saber a ser promovido e divulgado”, enquanto que o vivido “é formado tanto pela vivência num contexto específico”. Conscientizar destas duas situações é fundamental para o pontapé inicial para rever a estrutura das avaliações, seu formato, suas questões, propondo-a como uma atividade oportuna e necessária, não somente, para a compreensão do fenômeno estudado, mas para revê-lo e viabilizar que se o questione para o futuro. Saviani (1996, p. 16) registra que “refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado”.

Acredita-se que abordar a avaliação é retirar professor e aluno de sua zona de conforto, acostumado com a avaliação como um processo de “dar” notas. Quebrar

esse paradigma requer principalmente do gestor escolar, professor, estar disposto a estudar, ousar, reinventar sua prática pedagógica, visto que o processo de avaliar inicia-se durante o planejamento de sua aula. Deixar de lado aulas expositivas, teóricas trocando-as por aulas práticas, e o aluno o sujeito do ensino aprendizagem, exige-se-ar do professor um domínio da matéria e manejo de classe exemplar, além da bagagem de conhecimento que o aluno, sujeito direto da aprendizagem traz consigo. Pois, acredita-se que nessa interação professor-aluno dar-se-á a efetiva aprendizagem, de maneira lúdica e prazerosa tanto para o aluno como professor. Ministrado o conteúdo, o aluno irá avaliar a aula, processo para o qual o professor ainda não está preparado, receber críticas para seu crescimento profissional, de seu aluno. É necessária maturidade emocional do mestre, humildade para aceitar opiniões, e desejo de mudar para melhor.

Esta análise representa não apenas a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, mas refletir sobre a avaliação da aprendizagem em uma escola pública do ensino fundamental, de forma a incorporá-la ao Projeto Político Pedagógico e implantá-lo junto à comunidade escolar ciente de suas responsabilidades. Por isso, foi organizada em duas seções. Na primeira seção – Avaliação: um ato isolado - apresenta-se o impacto causado pelas avaliações denominadas “provas”, não distante, mas muito presente nos dias atuais e, certamente, perdurará por muito tempo. Avaliar para aprovar ou reprovar um aluno, no final de um curso, o professor não estará avaliando suas competências, habilidades, já que o ser humano é cruel ao avaliar, outro semelhante. O ato de avaliar, ao estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, implica a disposição de acolher. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais.

Na segunda seção - Avaliação: ponto de partida para o aprendizado – investiga-se a mudança que se pode pensar em alterar toda uma estrutura avaliativa da aprendizagem. Considerar o processo avaliativo como parte integrante de todo o processo educativo.

1.2 Objetivos

1.2.1- Objetivo Geral

Refletir sobre o processo avaliativo nos moldes atuais, construindo um diálogo com a avaliação da aprendizagem em uma escola pública do ensino fundamental, de forma a incorporá-la ao Projeto Político Pedagógico.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Refletir sobre as práticas educativas, seguidas de sua avaliação isolada, como meio de medir o conhecimento do aluno.
- Desenvolver considerações a respeito da articulação da auto avaliação docente com a avaliação da aprendizagem, visando à construção de uma pedagogia crítica.

1.3 Justificativa

Indubitavelmente, avaliação sempre está em pauta. Muito se fala e pouco se faz para mudar essa concepção, herança da colonização feita no Brasil. Erradicar essa mazela das políticas educacionais é considerado impossível para os educadores mais pessimistas, visto que, apenas uma pequena parcela da população conclui uma universidade. Observa-se o quanto soa estranho a análise do Brasil com um número considerável de analfabetos; e mais estranho os analfabetos funcionais, considerando que estamos alcançando posição de destaque em relação à economia mundial.

Acredita-se que faz-se necessário uma mudança e muita coragem, a começar pelo gestor escolar, equipe pedagógica, corpo docente, comunidade escolar, no sentido de refazer seu Projeto Político Pedagógico, enfatizando o avaliar para a vida, e não para medir o conhecimento. Ousar é a palavra de ordem, inovar práticas pedagógicas, trazer para a sala de aula a realidade que se vive no dia a dia, e deixar que o aluno construa seu conhecimento, se auto avalie, orientado por um professor que também se auto avalia.

Em minha prática pedagógica, desde o ano de 1992 com alunos da Educação infantil, desenvolvi uma reflexão a respeito dos métodos de avaliação, com o propósito de reorganizá-los, tornando-os mais flexíveis e interessantes para os alunos oriundos das diversas camadas sociais. Não foi fácil, segui intuição, observação e experimentação. Desde então, trabalho com avaliações significativas elaboradas a partir do conhecimento que os discentes vão adquirindo à medida que as aulas práticas e teóricas acontecem. Minhas inquietações com relação às avaliações formais, objeto desse trabalho, foram se comprovando dia após dia em sala de aula.

Nesse sentido, constatei que o caminho pelo qual o discente percorre até o dia da avaliação é lúdico, prazeroso, um verdadeiro aprendizado, de forma que, observando a reação dos alunos no dia da “prova”, todos estavam tranquilos, sem choro ou dor de barriga. Confiante em minhas concepções sobre o processo avaliativo, investi na conscientização de minhas colegas. Os estudos sobre o tema levaram-me a perceber que os professores estão a todo instante avaliando tudo e todos ao seu redor. Aferem-se notas para tudo, irrisoriamente, tão comum o “avaliar” que para o aluno ele deve tirar boas notas e passar de ano. Analogicamente sim, mas o termo avaliar deve ser compreendido muito além de uma simples prova.

Enfatizo que medir o conhecimento por meio de uma prova não significa diplomar o aluno para a vida, o mesmo deve estar preparado, com maturidade emocional para ouvir de outros argumentos que o convençam que o melhor caminho a seguir é esse, e não aquele.

1.4 Percurso teórico metodológico

Realizou-se a contextualização da pergunta problema na literatura, no referencial teórico e na legislação por meio das fontes primárias e secundárias. Adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i) seleção dos autores que constituem o referencial teórico da monografia. (ii) Levantamento da legislação vigente. (iii) Análise da legislação, traçando sua evolução cronológica, e segundo saberes técnico-científicos referentes à prática docente. (iv) Seleção dos tipos de avaliação. (v) Análise dos resultados gerados com a aplicação das avaliações formativas, e resultados da autoavaliação docente/discente.

2. AVALIAÇÃO: UM ATO ISOLADO

Acredita-se que abordar avaliação como um ato isolado é trazer à superfície essa situação cotidiana problemática, levando-se em consideração que o ato isolado de avaliar tem o objetivo de “medir” o conhecimento do aluno, sem considerar suas habilidades e demais conhecimentos. Por isso, o aluno torna-se um sujeito frustrado e desencanta-se. Logo, trata-se do aluno zero na escola e dez na vida. Aos olhos do professor seu aluno não conseguiu aprender, em contra partida temos a vivência e experiência do aluno, sem nenhum valor para o sistema educacional. Realidade peculiar, que desperta no aluno a paixão ou o ódio pela sua formação acadêmica.

De acordo com Luckesi (1995, p. 93)

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuído ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso da ação, a partir do valor ou qualidade atribuído, conduz a uma decisão nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele.

Segundo Roldão (2005) a convivência com docentes de renome, donos do saber pedagógico, sumidades em educação, torna-se mais propenso à realização da avaliação isolada, pois, o professor assume uma postura de dono do conhecimento, de “quem sabe melhor avaliar”. Assim, o professor seleciona a matéria; resume suas abordagens; repassa o mais importante aos discentes; aprova ou reprova, apresentando-se prepotentemente como fonte da informação. Tal prática de educação autoritária, muito peculiar na atuação do ensino, tem na avaliação um ato de mera repetição do que os “outros falaram, escreveram, ou fizeram”.

Analogicamente, o que acontece nas escolas públicas, particulares, redes federais, estaduais, é medir o conhecimento do aluno, se o mesmo está apto ou não em determinado conteúdo, para isto, elabora-se a avaliação, o discente estuda, resolve a mesma, e o docente avalia se os requisitos foram atendidos ou não.

Logo, quem não “repete o que o professor diz repete o ano; é impedido de conseguir um diploma e de, conseqüentemente subir na vida [...]” (FLEURI, 2001, p. 54).A ideia de que o professor é o dono de sua sala de aula, impede a ação da

equipe gestora, pedagógica, a menos que sejam autorizadas, e o professor aceite. Segundo Roldão (2005)

essa liberdade aparente constitui-se antes como um factor de anti-profissionalidade, na medida em que justamente substitui a legitimidade do saber que fundamenta a acção, e o controlo sustentado do grupo profissional, pelo arbítrio de cada agente individual, a quem não é exigido fundamento para o que faz, nem é assegurada qualquer garantia de legitimação pelos seus pares. Contudo, a ideia de liberdade de acção do professor é lida, pelos próprios, como muita investigação comprova, exactamente neste sentido, como sinónima do direito arbitrário de agir como quiserem, e, sobretudo, sem interferências externas, o que configura, por parte dos professores, a crença enraizada na não necessidade de legitimar ou justificar perante outros a sua acção. Esta crença, socialmente construída e persistentemente passada na cultura docente, é, à luz dos referentes desta análise, indicador de não profissionalidade.

Enfatiza-se que essa cultura arraigada aos professores que não estão acostumados à discussão de novas ideias, práticas pedagógicas, e muito menos, se auto avaliar para mudar as avaliações. Logo a avaliação para medir o conhecimento é tratada naturalmente por todo o corpo docente, não cabendo nenhum tipo de controle social sobre como se desenrola, mesmo quando este ocorre de forma disjuntiva aos objetivos Projeto Político Pedagógico elaborado pela escola, comprometendo a eficácia social e subtrai o direito de aprender das crianças.

Assevera-se que avaliar o trabalho docente exige transparência por parte de quem se atribui a responsabilidade de estabelecer referentes indicativos da qualidade desejada e, sob este aspecto, é necessário assumir uma postura radical exigindo conhecer, na raiz, a concepção de qualidade que orienta o olhar avaliativo, sobretudo aquele contido nas políticas públicas de avaliação de cunho nitidamente regulatório. A dificuldade de lidar com a heteroavaliação precisa ser compreendida, no entanto, como memória de vivências que ajudaram a consolidar uma feição avaliativa que mais afasta do que aproxima; que mais pune do que ensina, que mais ameaça do que acolhe, que mais conclui do que contextualiza, que mais rotula do que explica, a grande vilã, para os discentes, que não correspondem às expectativas, ao perfil traçado pelas políticas educacionais brasileiras.

3. AUTOAVALIAÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA O APRENDIZADO

O CEMEI Santo Antônio, localizado na cidade de Santo Antônio do Monte, é um dos CEMEIs da cidade considerado como referência, uma vez que procura inovar sua prática docente. Embora o corpo docente e administrativo seja bem qualificado a escola ainda possui um alto índice de rotatividade de funcionários contribuindo para que o processo de autoavaliação ainda não alcance o patamar desejável. Atribui-se esse resultado a alguns fatores, tais como: não participação efetiva da família na vida escolar dos filhos, grande número de pais analfabetos ou não letrados; a falta de um trabalho de equipe; a falta de um planejamento participativo; a ausência de diagnóstico das turmas; descontinuidade do trabalho docente; ausência de laudos médicos; ausência de um trabalho interdisciplinar, dentre outros.

A proposta do Projeto Político Pedagógico do CEMEI Santo Antônio, apresenta nas páginas, 23 e 24, os critérios adotados para a avaliação da Educação Infantil, em acordo com a LDB, na Seção II, Art. 31, "... far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental". (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Analisando o texto da Lei, compreende-se que esta avaliação deve ter, portanto, a finalidade de acompanhar o desenvolvimento da criança, através de observações, reflexões constantes e registros do professor sobre as diferentes manifestações de conquistas, dificuldades e possibilidades. Através da avaliação é possível, ao professor, dispor dos principais elementos para as correções no processo educativo, planejando e direcionando o trabalho pedagógico, compartilhado por todas as pessoas responsáveis pela criança (escola e família). Conforme Fernandes (2007):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, **medir não é avaliar**, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação. (FERNANDES, 2007, p. 19).

Nesse sentido, enfatiza-se que elaborar a Proposta Política Pedagógica, junto à comunidade foi uma conquista da gestão escolar, no entanto, implantá-la com a

aval do docente é uma tarefa árdua, visto que muitos docentes não vêm a crítica como crescimento profissional, e não possui maturidade emocional para lidar com o novo. Destaca-se que, mesmo participando de maneira efetiva na construção do Projeto Político Pedagógico, muitos docentes consideram a auto avaliação um insulto a seu trabalho, gerando desconfiança, desconforto emocional e resistência a auto avaliação docente.

Destaca-se, também, que trabalhar com as adversidades que nortearam o trabalho do docente sobre o que e como avaliamos, assim como sobre a maneira de ensinar os alunos a se avaliar é uma das tarefas que mais pode enriquecer o trabalho coletivo de construir o Projeto Político Pedagógico, a própria identidade da escola. Assim pensando, a primeira dessas funções pretende, essencialmente, informar o aluno e seus pais dos progressos de suas aprendizagens e determinar quais alunos adquiriram os conhecimentos necessários para receber o documento correspondente (certificado de aprovação) que a sociedade requer do sistema escolar. Portanto, essa função tem um caráter social, pois constata e/ou atesta a aquisição de conhecimentos ao final de uma unidade de trabalho, insere-se necessariamente ao final de um período de formação de que se quer fazer um balanço ou ao final de um curso ou etapa. A segunda função é de caráter pedagógico ou formativo, pois contém informação útil para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e desse modo, melhora a qualidade do ensino em geral. Insere-se no processo de formação, seja em seu início, no desenvolvimento ou no final, mas sempre com a finalidade de melhorar a aprendizagem quando ainda é possível.

É nessa mesma linha de pensamento que Silva (2003, p. 10) aponta que o espaço educativo se transforma em um ambiente de superação de desafios pedagógicos que dinamiza e significa a aprendizagem, a qual passa a ser compreendida como construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências em vista da formação cidadã.

E como o professor pode superar os desafios pedagógicos? Para superar as dificuldades, é necessário avaliar sistematicamente o ensino-aprendizagem. Tradicionalmente, no entanto, as práticas de avaliação desenvolvidas na escola têm se constituído em práticas de exclusão: avaliam-se os estudantes para medir sua

aprendizagem e classificá-los em aptos ou não-aptos a prosseguirem os estudos. Enfatiza-se que para a superação dessa prática excludente é preciso que os professores reconheçam a necessidade de avaliar as crianças e os adolescentes com diferentes finalidades. Diferentemente do que muitos professores vivenciaram como estudantes ou em seu processo de formação docente, é preciso que, em suas práticas de ensino, elaborem diferentes estratégias e oportunidades de aprendizagem e avaliem se estão sendo adequadas. Assim, não apenas o estudante é avaliado, mas o trabalho do professor e a escola.

A equipe gestora, pedagógica e corpo docente traçam estratégias com o objetivo de garantir o ensino-aprendizagem de qualidade. Nestes termos o docente deve estar atento à toda iniciativa de ensino- aprendizagem e auto avaliação demonstrada pelo discente. O menor avanço é muito significativo para o discente, o mesmo está saindo de um estado de inercia completo, para novas aprendizagens, momento muito oportuno ao professor, para desafiar, propor novos conhecimentos.

Assevera-se que a formação consciente da autoavaliação discente requer um conhecimento intrínseco, uma relação afetiva com o professor, de confiança mútua e cumplicidade. Ao professor tarefa delicada; formar sua consciência crítica com exemplo de se auto avaliar perante sua turma, admitindo seus erros, solicitando opinião dos alunos para que organize-se e melhore seu desempenho.

Acredita-se que haverá em breve o dia em que o discente reconhecerá que por mérito seu deve prosseguir, que está pronto para as decisões que terá que tomar em sua vida acadêmica, profissional. Para Ferraz (1998, p. 50)

[...] compreende todo o processo de arquivamento e organização de registros elaborados pelos alunos, construídos ao longo do ano letivo: textos, desenhos, relatórios ou outros materiais produzidos por eles e que permitam acompanhar suas dificuldades e seus avanços na matéria. Periodicamente, ele [o professor] discute com cada estudante sobre os registros feitos. O portfólio, que pode ser apresentado numa pasta, tem ainda uma vantagem: a de servir como um elo significativo entre o professor, o aluno e os pais deste.

A autoavaliação, então, precisa fazer parte do cotidiano escolar não apenas do estudante, mas do professor, do coordenador pedagógico e de todos os que estão envolvidos no processo de ensino–aprendizagem.

Destaca-se que suscitar o testemunho de professores que fizeram da avaliação, ponto de partida para a aprendizagem de seus discentes é tarefa árdua, que incomoda, uma vez que exige mais conhecimento do professor de que ele não é o dono do saber e sim compartilhar com seus alunos questionadores o seu “conhecimento”. Compete a ele ser um mediador/facilitador do processo ensino-aprendizagem e da autoavaliação docente e discente.

Segundo Abreu e Massetto (1990, p. 11).

“não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura”

Logo a escola é, sim, espaço de ensino-aprendizagem e autoavaliação, dinâmica que estabelece por si mesma. Qualificar e preparar o corpo docente, requer sutileza do gestor educacional, visto que a dicotomia ensinar/avaliar é muito recente. Destaca-se que pela autoavaliação, o docente traçará metas para curto, médio, longo prazo a serem alcançadas, deixando registrados todos os avanços por eles alcançados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação deve ser objeto de um processo constante, sendo elaborada e conformidade com os conteúdos ministrados e os objetivos de cada unidade. É o que se denomina de avaliação continuada, necessária para que o diagnóstico do que está acontecendo no processo de aprendizagem não se limite a poucos momentos na vida do estudante, agindo como um instrumento de retroalimentação(feedback), conforme salientam ABREU e MASETTO (1990, p. 93).

Entretanto, nem sempre a realidade escolar permite esse ideal de proporcionar vários momentos para a avaliação e qualquer modo, caso a avaliação não esteja sendo praticada constantemente e se reduza a uma prova oficial, recomenda-se que o professor vá construindo seus questionamentos na medida do desenvolvimento de suas aulas, concretizando os objetivos trabalhados em sala e deles não se afastando. De fato, ao preparar suas aulas, o professor deverá estar ciente dos objetivos pretendidos, os quais devem ser escritos num plano de aula para forçar uma visão sistemática do professor de como realizará sua aula para atingi-los. Desta forma, poderá tornar coerente sua avaliação com o que se propôs trabalhar (ABREU e MASETTO, 1990, p. 28).

A cada aula, se o professor tem ciência de seus objetivos para a aprendizagem e os vai aplicando, pode se preparar antecipadamente para o que vai avaliar, inclusive elaborando desde já as suas questões para a futura avaliação. Com isso, quando o aluno for submetido ao instrumento (na avaliação oficial), ele sentirá que a habilidade ou competência pretendida anteriormente (no momento das aulas), estará sendo efetivamente verificada.

Essa estrutura de verificação dos objetivos propostos para a aula só será possível se a preparação do instrumento não ficar prejudicado pela “pressa” em sua realização. Para atuarmos em qualquer esfera social, precisamos planejar nossas ações de modo que encontremos as melhores estratégias para atingir nossos alvos e atender às metas a que nos propomos. Para que melhorem nossas estratégias de ação e consigamos cada vez mais conquistas, precisamos continuamente avaliar se tomamos as decisões certas, se usamos os instrumentos mais adequados e se

conduzimos as situações da melhor maneira possível. Assim também acontece com os professores.

Para melhorarmos nossa prática pedagógica, precisamos avaliar sempre se estamos selecionando adequadamente as prioridades, usando os recursos mais adequados, desenvolvendo as melhores estratégias, enfim, precisamos nos auto avaliar.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. O professor universitário em aula. 8. ed. São Paulo: MG, 1990

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula.** 8. ed. São Paulo: MG, 1990

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto – **Conselho Nacional de Educação, Brasília, 1998.**

COSTA, Valdirene Pereira. **Uma Avaliação Histórico-Crítica da Trajetória Institucional e Política do Educador Dermeval Saviani na Pós-Graduação em Educação no Brasil (1970-1996):** a busca coerente da articulação teoria e prática. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000412688>. Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo** : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=17216>>. Acesso em: 01 Agos. 2014.

FERRAZ, Petronilha Trevisan. *Aprendizagem e Avaliação.* In: Nova Escola, 116. p. 50, 51, 1998.

FLEURI, M. R. Educar para quê? contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLEURI, Matias Reinaldo. **Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IOCOHAMA, C. H. Posturas Reflexivas para uma Avaliação da Aprendizagem no Curso de Direito. EDUCERE. Umuarama, v.4, n.2, p. 117-139, jul./dez., 2004.

LEAL, T. F. *Intencionalidade da Avaliação na Língua Portuguesa*. In: Silva , J. F.; Hofman, J.; Esteban, M. T. *Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MENEGOLA, Maximiliano e SATANNA; Ilza Martins. **Por que planejar-** como planejar? Silva (2003, p. 10).

ROLDÃO, Maria do Céu Neves. **Profissionalidade docente em análise: especificidades dos ensinos superior e não superior.** *Revista NUANCES*, São Paulo, v. 11, n. 13, p. 108-126, jan./dez. 2005.

SANT'ANNA, I. M.; MENEGOLLA, M. **Didática: aprender a ensinar - técnicas e reflexões pedagógicas para a formação de formadores.** 7. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE. **Projeto Político Pedagógico.** Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Santo Antônio do Monte/MG, 2012. Disponível em:<<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

SILVA, Janssen. Introdução: Avaliação do Ensino e da Aprendizagem numa Perspectiva Formativa Reguladora. In: SILVA, J.; HOFFMAN, J.;

WERNECK, Hamilton. **Se a Boa Escola é a que Reprova, o Bom Hospital é o que Mata.** Rio de Janeiro RJ. DP&A Editora.3 ed.1999.

WERNECK, **Hamilton.** **Se a Boa Escola é a que Reprova, o Bom Hospital é o que Mata. 8 Ed. Rio de Janeiro :DPA, 2000**

6. ANEXOS



escola de **gestores**
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

**GISELLE MARIA BRASILEIRO GUIMARÃES
REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA CASTRO
ROSINEI FARIA FERREIRA COUTO CABRAL
SÔNIA APARECIDA DE FARIA RESENDE**

BELO HORIZONTE

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2014

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1. FINALIDADE DA ESCOLA | 5 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 7 |
| 2.1 Regime de funcionamento | 7 |
| 2.2 Organização física | 7 |
| 2.3 Organização técnica administrativa | 9 |
| 2.2 Corpo docente | 9 |
| 2.2 Organização da rotina pedagógica da instituição | 9 |
| 3. ORGANIZAÇÃO CURRÍCULAR | 11 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES | 16 |
| 5. PROCESSO DE DECISÃO | 20 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO | 23 |
| 7. AVALIAÇÃO | 25 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| 9. REFERÊNCIAS | 30 |

INTRODUÇÃO

Sabidamente, Ferreira (2009), definiu:

O Projeto Político Pedagógico é um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar. (2009, p. 01)

A instituição denominada como Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, situada à Rua Marina Emilce de Oliveira, nº 139, Bairro São José – Santo Antônio do Monte – MG, possui como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, via Secretaria Municipal de Educação, supervisionada pela Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, funcionando em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil – Creche e Pré-escola - reconhecendo a importância da educação na formação integral da criança e na preparação destas para o ingresso no ensino fundamental, de acordo com a Lei nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, atendendo, aproximadamente, 135 crianças - uma portadora de necessidades especiais - na faixa etária de 04 (quatro) meses a cinco anos e onze meses, servindo-se, para isto, de 18 educadores, 01 especialista e 01 psicólogo.

O atual Projeto Político Pedagógico foi revisado em 2012, envolvendo diretora, pedagoga, professores, educadores, comunidade escolar e demais funcionários da instituição.

O CEMEI Santo Antônio foi planejado, posteriormente, ampliado e é um dos cinco que atende às crianças carentes de 0 a 5 anos da cidade, buscando formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz. Situado num bairro periférico da cidade de Santo Antônio do Monte, interior de Minas Gerais, com uma população, que em sua maioria, vive unicamente da “venda de rifa”. Este trabalho é feito através das viagens dos pais, denominados rifeiros. Partem de Santo Antônio do Monte, na segunda feira, com os carros carregados de diversas mercadorias (brincos, colchas, sandálias, produtos de beleza, roupas), levando, os mesmos, para outros estados, com uma freguesia já estabelecida e com as vendedoras já

escolhidas. Deixam os produtos com as vendedoras, estabelecendo prazo para voltar e fazer o acerto. Geralmente, o intervalo é de 22 dias. Retornam a Santo Antônio do Monte, para reencontrar seus familiares, e carregar, novamente, o carro com novas mercadorias a serem revendidas.

Destaca-se, na economia da cidade, a fabricação e venda de Fogos de Artifício, composta por uma clientela de classe social diferenciada, classe média baixa e classe baixa. Portanto, as crianças necessitam ficar na instituição, na sua maioria, em tempo integral, para que os pais possam se ausentar para o trabalho sabendo que seus filhos estarão sendo bem cuidados e educados, com segurança e afeto. Os moradores da comunidade contam com rede de esgoto, rede de água tratada, ruas asfaltadas e rede de iluminação pública.

A instituição é subsidiada pela Secretaria Municipal de Educação, que responde pelos serviços administrativos e pedagógicos do CEMEI Santo Antônio, instituição que funciona em tempo integral, no ensino da Educação Infantil, nas modalidades de creche e pré-escola, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB Nº 9394/96, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Parecer 022/98) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Para a revisão e conseqüentemente, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que seja norteador de um trabalho de qualidade, é necessária a participação de todos os elementos que formam a comunidade escolar: pais, alunos e funcionários da escola. Com destaque para o papel do professor que deve possuir um maior conhecimento das competências, habilidades e, também, fragilidades dos alunos. Pois, isso possibilita que ele perceba o que deve ser mais explorado no dia a dia em sala de aula, fazendo, assim, um planejamento capaz de ser realizado e ter seus objetivos alcançados. E para que a participação do professor e comunidade escolar, na construção do PPP se efetive, torna-se necessário que todos estejam conscientes de suas funções, tendo interesses reais e coletivos, sempre buscando as mudanças necessárias para melhoria do CEMEI.

Para a revisão do PPP, o gestor escolar foi orientado pela equipe do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

As teorias que norteiam o trabalho são as concepções filosóficas de homem, de sociedade, de educação, de escola, de professor/educador e pedagógicas - e as concepções psicológicas e sociais. Contemplam-se os fundamentos ético-políticos

(valores), fundamentos epistemológicos (conhecimento) e fundamentos didático-pedagógicos (relações).

De acordo com Moraes (2002, apud Kaloustian, Masagão, 2005, p. 41):

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, MASAGÃO, 2005, p. 41).

Parafraseando o Projeto Pedagógico do Colégio Alternativo, de Rio Grande/RS, a avaliação do Projeto Político Pedagógico objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos no referido projeto e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que o CEMEI está inserido, “intervindo, qualitativamente, no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações, em todas as dimensões do fazer escolar”.

1. FINALIDADE DA ESCOLA

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, com autonomia, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, contribuindo para a formação integral da criança, sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo, social, ético, complementando a ação de cuidar/educar, enriquecendo seu viver.

Os fatores internos e externos do CEMEI Santo Antônio são contemplados no Projeto Político Pedagógico, pois ambos influenciam, diretamente, no âmbito educacional. Não há como conceber o PPP sem levar em consideração esses fatores, afinal deve-se conceber este projeto como democratizador da educação, através de ações abrangentes tanto didático-pedagógicas, quanto administrativo-sociais.

Contudo, nas políticas educacionais brasileiras, ao ser aprovada a Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, emerge um novo conceito de gestão democrática, onde a peça

fundamental é a elaboração do Projeto Político Pedagógico e sua implementação, que vem superar o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento que os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta, na superação dos mesmos.

A gestão da escola, sob essa nova perspectiva, surge como orientação e liderança competentes, exercidas a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial para a organização do trabalho em educação, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas.

Nas palavras de Veiga (2008):

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2008, p. 13).

A instituição tem como finalidade proporcionar atendimento integral às crianças, organizando o processo educacional, para que o mesmo seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação. Ter como prioridade o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem, ajuda o outro em seu desenvolvimento como ser humano, proporciona condições favoráveis para a formação consciente de hábitos, valores e atitudes, fortalece a participação dos pais nas atividades escolares e avalia, de forma constante, o desenvolvimento das crianças e as práticas pedagógicas da instituição.

Dalben (2004) ressalta que:

Chamada a rever suas práticas, a escola, como uma instituição social, encontra-se neste momento num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento em um novo tempo. (DALBEN, 2004, p.13).

O CEMEI Santo Antônio tem como missão o compromisso de realizar um trabalho que contribua para a construção do conhecimento através da promoção do desenvolvimento intelectual, afetivo, social e de valores éticos dos alunos, atendendo-os nos seus aspectos individuais e coletivos, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e solidários, capazes de construir conhecimentos significativos, aplicando-os, criticamente, perante a sociedade, colocando seus dons para humanizar o mundo.

O ideal do CEMEI Santo Antônio é fazer com que, cada dia de nossas crianças, seja um novo desafio, desenvolvendo-se ampla e integralmente, em um ambiente favorável, onde sempre haja respeito, confiança, cooperação e alegria.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Paulo Freire

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 – REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio inicia seu funcionamento às 6h 30 min às 17h 30 min, durante todo ano letivo, em acordo com o calendário escolar.

2.2 – ORGANIZAÇÃO FÍSICA

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasil, 1999, apud BRASIL, 2006, o ambiente físico é expresso como:

devendo ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de criança, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores. A qualidade e a quantidade da relação criança–criança, adulto–criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes no ambiente dependem do tamanho destas e das crianças e podem se transformar em “poderosos instrumentos de aprendizagem” e em um dos “indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade” (BRASIL, 2006, p. 146).

O prédio da escola foi construído para atender a educação infantil, com adaptações necessárias ao nível de ensino e conta com uma infra-estrutura admirável, tanto de área externa quanto interna, em um ambiente saudável e seguro. Constam de suas dependências: Direção; Secretaria; Biblioteca;

Cantina; Almoxarifado; Sala Multimídia; Coordenação Pedagógica; Salas de aula; Sala dos professores; Parque Infantil; Quadra poliesportiva, Lavanderia, Varanda coberta; Área livre para recreação; Banheiro para funcionários; Banheiros para alunos – masculino e feminino;

De acordo com Azevedo; Bastos; Rheingantz; Vasconcellos; Aquino (2004):

De fato, deve haver uma conscientização geral sobre a importância do espaço físico para o processo educativo, tanto da parte dos educadores, dos responsáveis pelas políticas públicas, como daqueles que concebem os espaços. Essa conscientização demanda uma abordagem interdisciplinar que envolva educadores, arquitetos, engenheiros, profissionais de saúde, administradores e a comunidade escolar, e que favoreça o compartilhamento dos diferentes saberes e objetivos. A ideia de que para se ter educação bastam apenas algumas carteiras, cadernos e quadro-negro, excluindo a qualidade do espaço desse processo, deve evoluir para uma abordagem entre sujeitos e ambiente, fundamentais para o desenvolvimento infantil. O desafio no processo de concepção dos ambientes escolares é a busca de um repertório espacial que responda a todos os requisitos formulados pelo grupo interdisciplinar. Essa abordagem procura uma integração entre objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais (AZEVEDO; BASTOS; RHEINGANTZ; VASCONCELLOS; AQUINO, 2004, p. 15-16).

As turmas atendidas pela escola são: Berçário I; Berçário II; Berçário III; Maternal I; Maternal II; Maternal III; 1º e 2º Período, de acordo com o estabelecido por lei, número de alunos, professores e educadores.

Conta-se com móveis e equipamentos em bom estado de conservação e adequados à Educação Infantil, bem como material pedagógico. O acervo bibliográfico e jogos pedagógicos são diversificados, disponíveis nas salas de aula, tendo, ainda, espaço reservado para leitura e brinquedoteca.

2.3 – ORGANIZAÇÃO TÉCNICA- ADMINISTRATIVA

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio conta com a seguinte estrutura administrativa:

I – Órgão Mantenedor:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte

Secretaria Municipal de Educação

II – Direção / Coordenação – Núcleo que organiza, dirige, direciona e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição.

III – Secretaria – Órgão responsável pela execução dos trabalhos pertinentes a escrituração, correspondência e ao arquivo da escola.

IV – Coordenação Pedagógica – Função exercida pela Pedagoga da Educação Infantil Municipal, juntamente com a Coordenação da instituição.

2.4 – CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por professores, legalmente habilitados, obedecendo às normas e disposições legais e regulamentares.

Os demais funcionários que compõem o quadro da educação básica são: psicólogo, secretária, auxiliares de serviços gerais e vigia.

2.5 – ORGANIZAÇÃO DA ROTINA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p. 16), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2009, p. 16).

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças até o momento da saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

O cotidiano do CEMEI Santo Antônio é composto por atividades que envolvem:

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidados de higiene, lazer e repouso;
- Alimentação adequada às diferentes faixas etárias e necessidades da clientela;
- Atividades educativas dirigidas e orientadas, utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

As atividades desenvolvidas na instituição tem sempre sua importância para a criança. Do ponto de vista pedagógico destacamos:

- I – Cuidar, como parte integrante do processo educacional;
- II – Brinquedos / brincadeiras;
- III – Atividades livres;
- IV – Hora da história;
- V – Passeio;
- VI – Atividades permanentes;
- VII – Sequência de atividades;
- VIII – Projetos de trabalho;
- IX – Temas integradores.

De acordo com o Parecer das DCNEI (2009, Apud FARIA; SALLES, 2012, p. 38), há orientações importantes para a elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil:

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve-se voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências. As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-

se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico.(BRASIL, CNE/CEB, 2009).

Participação e autonomia são os princípios da gestão democrática. E na perspectiva de gestão democrática e participativa, o Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio desenvolve suas atividades, contando com a participação efetiva de todos os profissionais envolvidos no sistema educacional e comunidade escolar como um todo, através de atitudes diversas e contínuas.

Conforme Guimarães (2012):

Hoje, a escola para se diferenciar, precisa colocar seu foco em uma educação que vise a reconstrução dos conceitos morais e éticos, trabalhados na busca da equidade, de forma que seu currículo seja adaptado de acordo com a clientela que atende, trabalhando a interdisciplinaridade na formação de indivíduos capazes de analisarem, agirem e transformarem o meio em que vivem.(GUIMARÃES, 2012, p. 01).

Freire (1996, p. 52) diz que: “O mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito”. Se o que se busca para a educação contemporânea é uma gestão democrática, participativa, através de ações de todos os envolvidos no processo educacional, nas decisões de atividades a serem desenvolvidas, deve-se procurar instigar, em atitudes de criticidade, os pequeninos. Isso para que, delegando responsabilidades, oportunidades de decisões, atitudes críticas, os coloquemos como cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem, pois serão eles os futuros gestores de nossa nação.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta de trabalho da equipe do CEMEI Santo Antônio se enquadra dentro da qualidade do ensino dos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino- aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga (2002) complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7).

Moreira e Candau (2006, p. 86) definem currículo:

como as experiências que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades de nossos(a) estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA E CANDAU, 2006, p. 86).

Essas experiências, segundo Lima (2006), cumprem o objetivo antropológico de garantir a continuidade da espécie, socializando, para as novas gerações, as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. A partir dessas discussões e definições, currículo na Educação Infantil pode ser conceituado como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionadas aos saberes e conhecimentos, intencionalmente selecionadas e organizadas pelos profissionais, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana. É um dos elementos da Proposta Pedagógica, devendo ser norteado pelos pressupostos que a orientam e se articular com os demais elementos nela definidos.

As DCNEIs, em seu art. 3º, definem currículo da Educação Infantil como:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p. 1)

Assim, explicitar o currículo em uma Proposta Pedagógica de uma instituição de Educação Infantil representa apontar as experiências a serem trabalhadas com as crianças de 0 a 5 anos de idade, definindo seus objetivos, bem como organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam, ao mesmo tempo, o cuidar e o educar.

Seja qual for a escola, seja qual for a sociedade, uma coisa é certa: há um currículo definido para ser ensinado e que serve à sociedade no qual ele está inserido. Ou seja, a escola “presta serviços” à sociedade educando os seus cidadãos e entregando-os à sociedade para que, em contrapartida, a sociedade “diz” para a escola o que ela precisa ensinar aos seus cidadãos. Portanto, no momento da organização do currículo escolar, devemos nos perguntar o que precisamos ensinar aos nossos alunos de acordo com a nossa cultura. Isso nos faz concluir que nenhum currículo é neutro, ao contrário, está permeado de fatores sociais, políticos e econômicos.

Organizar um currículo é tarefa de toda a escola e não só do professor. É necessário que a escola fundamente o seu trabalho teoricamente e que construa um currículo adequado às condições afetivas, cognitivas e biológicas de cada grupo de alunos, pois, se ele for complexo demais, estaremos fabricando dificuldades de aprendizagem, mas se for aquém, estamos impedindo que ela se desenvolva. O modo como são organizados os conteúdos, giram em torno de temas integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente, de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas e dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

1 – MOVIMENTO:

O movimento humano é muito mais que o simples deslocamento do corpo no espaço, é uma forma de linguagem, da qual a criança age sobre o meio físico e atua sobre o ambiente que integra. As ações exploratórias através do movimento permitem que as crianças conheçam as funções, possibilidades e limitações, quanto

as diferentes partes de seu corpo. Podemos assim, expressar e interagir com o meio, através das mímicas e dos gestos corporais. A aquisição da apreensão e locomoção representa importantes conquistas no plano da motricidade. Aquisição esta conquistada e aprimorada conforme as oportunidades que se oferecem à criança de explorar o espaço, manipular objetos, realizar atividades diversificadas e desafiadoras.

2 – MÚSICA:

A música é um meio de expressão, conhecimento e uma excelente estratégia para estimular e desenvolver o equilíbrio, a percepção auditiva, a autoestima e a socialização. A escuta de diferentes sons produzidos por brinquedos sonoros, instrumentos musicais e sons do próprio ambiente é fonte de observação e descobertas, que provocam as mais diversas reações: atenção, tranquilidade ou agitação.

3 – ARTES VISUAIS:

As Artes Visuais, tais como a música, são formas de expressão e linguagem que devem ser trabalhadas e estimuladas nas crianças desde o nascimento, possibilitando à criança desenvolver a imaginação criadora, a sensibilidade, a percepção visual, a cognição, além de ter um papel fundamental no processo de alfabetização da criança. Quando bem estimulada, dentro das possibilidades e limites da criança, no primeiro ano de vida ela já é capaz de produzir seus primeiros traços gráficos. A conhecida fase das garatujas.

4 – LINGUAGEM ORAL E ESCRITA:

O trabalho com Linguagem Oral e Escrita constitui um dos eixos básicos da Educação Infantil, devido à sua importância na formação do sujeito, na socialização da criança com as pessoas e com o meio, na orientação de suas ações, na construção do conhecimento. A escola, ao desenvolver um trabalho através de experiências significativas, proporciona, ao aluno, estímulo e o desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências básicas: falar, escutar, ler e escrever.

5 – NATUREZA E SOCIEDADE:

É importante que, desde cedo, a criança conviva, na escola, com diferentes informações sobre diferentes conteúdos que compõem o universo de conhecimentos construídos pelos homens, em sociedade. Dentre eles, estão aqueles organizados pelas Ciências Sociais e Ciências Naturais. São muitos os temas interessantes para as crianças como animais, natureza, lugares, fenômenos da natureza e tudo que se relaciona à sociedade e à natureza.

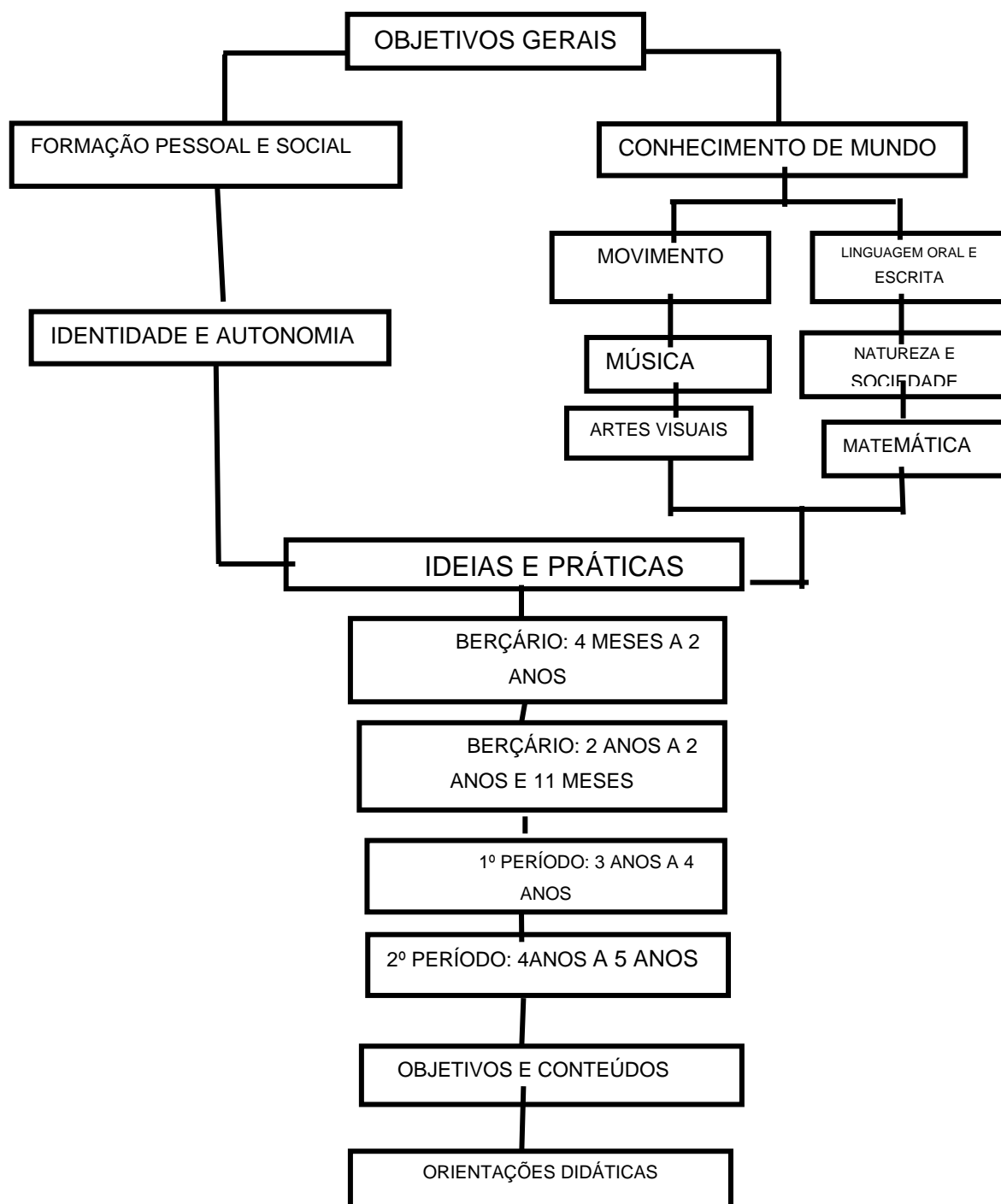
6 – MATEMÁTICA:

A Matemática está presente no universo infantil em diversas situações, nas quais envolvem números, noções de quantidade, de espaço e outros. Ao se trabalhar com o conhecimento matemático, na Educação Infantil, de maneira lúdica e contextualizada, a criança tem a possibilidade de desenvolver sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, formular hipóteses, deduzir, refletir, argumentar e compreender as características e propriedades dos objetos. No entanto, é preciso que o professor faça adequações de dadas situações do cotidiano, em situações de aprendizagem, formulando perguntas, suscitando desafios e incentivando a verbalização, pela criança, para que ela possa elaborar seu conhecimento matemático, gradativamente.

7 – IDENTIDADE E AUTONOMIA:

Este eixo está relacionado aos processos de socialização e construção de identidade. Por isso, as instituições de Educação Infantil precisam oferecer à criança um ambiente que ofereça a oportunidade de relacionar com outras crianças de diferentes origens culturais, sociais, religiosas, etnias, costumes e valores. A criança constrói sua identidade de uma forma continuada, quando em contato com os pares. A maneira pela qual a criança é vista pelo professor/educador e pelo grupo, influencia em sua formação, na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção.

A proposta de trabalho se enquadra dentro da qualidade do ensino aos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética como mostra o organograma abaixo:



4. TEMPO E ESPAÇO ESCOLARES

A sociedade contemporânea, atualmente, vive uma de suas mais profundas crises sócio culturais, fundamentada na base da “nova família” em que está inserida, trazendo, consigo, um legado aturdido de novos valores, ajustados aos desejos da sociedade capitalista, competitiva, onde impera a lei do ter e não a lei do ser.

Perrotti (1990), afirma que:

[...] o confinamento da infância ocasionou-lhe sérios problemas sócio-político-culturais. A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançavam.[...] Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política. (PERROTTI, 1990, p.92, grifo nosso)

Repensar o tempo e espaço escolar, mediante atuais propostas educacionais é um momento único, importante, em que devemos considerar toda uma trajetória da humanidade e suas conquistas, em pouco tempo. Os atuais conceitos são legados de importantes debates para a educação. Não podemos voltar ao passado e remendá-lo, logo, concluímos que, o que importa são os acontecimentos que estão no presente, para analisar, repensar, mudar e transformar o que se fizer necessário.

Historicamente, podemos perceber que o tempo e o espaço escolar sofrem alterações com a cultura e seu contexto, assim cada geração adota postura diferente, resultado da ação educativa da época.

Atualmente, a pauta e a grande reivindicação são para que ocorra uma educação de inclusão, não apenas no PPP, no Regimento escolar, no currículo, mas que respeite, realmente, o tempo de cada criança para aprender a aprender. Cada criança tem seu próprio tempo, para apreciar, observar, concluir seu pensamento, para que aconteça de maneira prazerosa, garantindo um direito explícito na Constituição. Compete ao CEMEI organizar situações agradáveis, possibilidades de criar, expressar, comunicar, trabalhar em grupo, de ter iniciativa em buscar soluções e resolver, de modo saudável, conflitos gerados pelas brincadeiras, assegurando a compreensão e construindo relações sobre si mesmas.

Segundo Horn; Barbosa (2001):

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais

gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67),

Ao organizar o tempo e espaço escolar para as crianças, compete ao educador fazer um ajuste de seu espaço, oferecendo situações diversificadas, com o objetivo de: proporcionar à clientela uma aprendizagem significativa, provocando a ampliação de seus saberes ou significações. Atividades que demandam mais tempo/espaço onde o professor tem o cuidado de organizar as vivências propostas e a mesmas serem alcançadas, gerando novas formas de interagir, novos aprendizados.

O CEMEI Santo Antônio foi reformado, recentemente, para atender melhor e adequar seu espaço físico às crianças. O critério para a enturmação dos alunos leva em consideração sua faixa etária, começando pelos berçários I, II, III, com turmas de 18 alunos, que são recebidos pelo educador com título de Magistério. O mesmo critério é adotado para as turmas de Maternal I, II, III, que tem, em média, 23 a 25 alunos, um professor regente formado em Pedagogia e um professor educador com título de Magistério.

O Especialista em Educação orienta o professor regente e o educador, ambos desenvolvem trabalhos diferenciados, priorizando o bem estar do educando, uma vez que, para algumas crianças a carga horária no CEMEI, é de 12 horas. O Planejamento e a grade curricular foram aprovados pela Superintendência local e todos os trabalhos, atividades são estruturadas atendendo a cada sala. Nas reuniões de planejamento, os professores regentes e o educador pontuam itens que devem ser revistos, dando seu aval para prosseguir com os conteúdos do planejamento, visto que sua turma já sinalizou que está pronta para encarar novos aprendizados. Compete à Especialista a elaboração do horário para que todas as turmas façam uso do pátio, parquinho, faz de conta, biblioteca. A lousa interativa é uma novidade esse ano. Foi estipulado um horário para que os alunos a usem, sendo uma ferramenta de última geração, conectada á internet, viabilizando o

trabalho do professor, com rodas de leitura, vídeos informativos, além das aulas que a mesma já tem à disposição do professor, que as planeja e executa, em sala.

O trabalho com psicomotricidade é prioridade no CEMEI, com um módulo de trinta minutos, o professor regente, juntamente com a Especialista, monta o Circuito Motor para que as crianças, uma a uma, passem pelo mesmo. O CEMEI Santo Antônio segue o mesmo calendário escolar do município, evitando transtornos com pais/responsáveis que, muitas vezes, tem um filho no CEMEI e outro na rede municipal. O calendário escolar é composto por 200 dias letivos. Em relação á carga horária, são 4 horas-aula e vinte minutos no maternal I, II, III, que compreende o horário de 7 horas às 11 horas e vinte minutos. Neste horário, os alunos são de responsabilidade do professor regente. O restante do dia compete ao educador que, por sua vez, executa atividades diferentes do professor, evitando a monotonia.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, suas limitações e vibrar com seus pequenos avanços é o maior desafio do CEMEI Santo Antônio que, através de cursos de formação, atualiza todos os envolvidos no processo de educação, que inicia-se no berçário.

As crianças do CEMEI Santo Antônio chegam às seis horas e saem às 18 horas. São doze horas dentro da instituição. A instituição conta com o professor recuperador. Sua função é desenvolver atividades na tentativa de sanar a defasagem de aprendizagem do aluno. Esta experiência é muito válida, uma vez que muitas crianças não tem auxílio em casa, logo o papel do professor recuperador é, grande parte das vezes, orientá-lo no dever de casa.

O grande paradigma da educação, que vem se arrastando ao longo dos anos, é aceitar que a educação ultrapassa as paredes da sala de aula, os muros de um CEMEI ou escola. Estar atento ao ambiente socioeconômico, cultural de nossa clientela diminui nossa frustração, além de nos mostrar um caminho onde tempo e espaço escolar possam encontrar um denominador comum: Atender aos anseios dos educandos, sem ferir a expectativa do professor.

A responsabilidade de um professor de Educação Infantil é grande, uma vez que a infância é um tempo onde a memória registra e capta as mais sensíveis experiências, felizes ou infelizes. Memórias que farão parte de sua história de vida, de maneira positiva ou negativa.

O tempo, na instituição educativa, deve ser rico em oportunidades, aproveitando, plenamente, todas as experiências vivenciadas pela criança, além de

proporcionar, às mesmas, novas aprendizagens, descobertas, respeitando a faixa etária de cada um e o seu “tempo” para aprender. O grande desafio consiste em ajustar tempo, espaço escolar, atendo à demanda do currículo escolar, a regularidade das atividades e a apropriação do conhecimento pelas crianças.

Para Camargo (2008):

Os espaços de nossa infância nos marcam profundamente. Sejam eles berço, casa, rua, praça, creche, escola, cidade, país, sejam eles bonitos ou feios, confortáveis ou não, o fato é que influenciam definitivamente nossa maneira de vermos o mundo e de nos relacionarmos com ele. (CAMARGO, 2008, p. 45).

5. PROCESSO DE DECISÃO

É uma gestão democrática, compartilhada em diversos âmbitos da organização escolar, favorável ao trabalho educacional, que valoriza os diferentes talentos e faz com que todos compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades, que contribui para a construção de uma política pedagógica favorável à aquisição de aprendizagens significativas.

Para tal, não só a direção/administração que decide, opina, e sim, a escola como um todo. As decisões são coletivas, planejadas, reestruturadas, avaliadas, uma vez que a escola se constrói na sua relação com a sociedade, sendo um reflexo das necessidades socioculturais de cada época.

O processo de decisão é uma tarefa que compete ao corpo docente, gestor educacional, comunidade escolar, para resolver uma situação problema e obter resultado positivo. Somente saber o que se quer não é suficiente para que o processo de decisão seja o acertado. Fatores como: analisar, priorizar, avaliar, planejar e prever a curto, médio, longo prazo, a repercussão do mesmo.

No âmbito educacional, todo processo de decisão deve estar ligado a fatores internos e externos, gerando, por conseguinte, uma ação que se espera que seja positiva para a escola. É de competência do gestor, organizar, por níveis de importância dentro da instituição, os problemas de soluções graves, pouco importantes, não importantes, traçar as metas para que a situação problema seja resolvida satisfatoriamente, uma vez que uma das partes deverá fazer escolhas, ceder um pouco, encontrando o melhor caminho para todos.

Sabemos que o processo de decisão educacional brasileiro precisa, urgentemente, tomar “decisões sérias” para que o gestor educacional possa exercer, de fato, e fazer valer sua decisão, que na maioria das vezes se perde em termos burocráticos, fato que vivenciamos, rotineiramente.

O Colegiado Escolar, peça fundamental para acompanhar os trabalhos do gestor educacional, é eleito pela comunidade escolar, composto por um representante de cada seguimento: Seguimento, de professores, auxiliares de serviços gerais, secretaria, pais/responsáveis, especialista em educação. Uma vez escolhido lavrado em ata, o mesmo toma posse, recebe orientações e participa de maneira eficaz de todas as decisões, acontecimentos dentro da instituição, ora festivos, ora muito delicados.

A presença do Colegiado Escolar, se dá no momento da tomada de decisão, em que questões importantíssimas são analisadas, rigorosamente, embasados na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, sem ferir a nenhum, no quesito dever/direito do aluno.

Atualmente, o gestor educacional exerce, na maioria das vezes, o processo de decisão, que vá satisfazer e atender à política educacional vigente. Ele abre mão de um processo de decisão criativo, elaborado pela comunidade escolar, com a participação do corpo docente e discente que sabe e conhece a realidade atual da escola. Mas, na hora de executar o gestor educacional não é autônomo o suficiente para fazer valer sua posição e de toda a comunidade escolar, gerando frustração a todos.

A oscilação entre a política educacional e a realidade educacional vivenciada por gestores torna seu processo de decisão uma tarefa árdua, doída, frustrante. Urge-se uma reforma na política educacional brasileira, rompendo as barreiras da burocracia, diminuindo planilhas, ofícios, protocolos, que impedem, na verdade, o verdadeiro trabalho do gestor educacional: tomar decisões acertadas, para que sua escola seja a melhor escola.

Para Oliveira (2004):

nada mais é do que a conversão das informações em ação, assim sendo, decisão é a ação tomada com base na apreciação de

informações. Decidir é recomendar entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Chiavenato (1997):

as decisões possuem fundamentalmente seis elementos: 1. Tomador de decisão – pessoa que faz a seleção entre várias alternativas de atuação. 2. Objetivos – propósito ou finalidade que o tomador de decisão almeja alcançar com sua ação. 3. Preferências – critérios com juízo de valor do tomador de decisão que vai distinguir a escolha. 4. Estratégia – direção ou caminho que o tomador de decisão sugere para melhor atingir os objetivos e que depende dos recursos que se dispõe. 5. Situação: aspectos ambientais dos quais vela-se o tomador de decisão, muitos dos quais fora do controle, conhecimento ou compreensão e que afetam a opção. 6. Resultado: é a decorrência ou resultante de uma dada estratégia definida pelo decisor. (CHIAVENATO, 1997, p. 710)

Tanto o gestor escolar, quanto o funcionário, é responsável pelas decisões que são cabíveis. Situação adversa, porque quem, na verdade, define o processo de decisão, não convive, realmente, com a realidade verdadeira da instituição e o seu processo de decisão não se adequa àquela realidade.

Para o planejamento e execuções de ações que utilizem verbas públicas, deverá haver um diálogo entre as diversas instâncias vinculadas ao sistema, utilizando-se de uma linguagem única, que possibilite, a cada segmento, se expressar, planejando, executando e fiscalizando o direcionamento das verbas oriundas do poder público, constituindo-se os Conselhos Escolares, hora instituídos pelos representantes da comunidade escolar.

Somente com uma autonomia financeira, administrativa e pedagógica, a instituição escolar será capaz de elaborar planos de ações, tendo conhecimentos sobre fiscalização e procedimentos estabelecidos por lei, para a devida aplicação e respectiva prestação de contas.

Dourado (2006, p. 75-76), afirma que: Ao buscar o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da efetivação de uma gestão financeira participativa e transparente, visa contribuir com a progressiva autonomia das unidades escolares e, desse modo, fortalecer o papel da escola pública e gratuita no Brasil na oferta da educação básica de qualidade.

De acordo com Dourado (2006):

Os Conselhos Escolares adquirem também a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos da escola e de onde e como se gastam as verbas que ela recebe, ou seja, torna-se um órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação. (DOURADO, 2006, p. 81).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A discrepância entre as teorias pedagógica e o fazer propriamente dito da mesma desencadeou, nos primórdios do século XXI, uma crise nas relações de trabalho, advinda da instabilidade das políticas educacionais vivenciadas por todos: gestor escolar, corpo docente, discente, comunidade escolar. Viabilizar e estreitar as relações de trabalho é o caminho mais seguro e saudável para garantir a saúde física e mental dos profissionais da área educacional.

Respeitar a diversidade, a cultura do outro, o tempo e o espaço escolar do discente com deficiências intelectuais, físicas, motoras, é o grande desafio para a instituição escolar. O processo de inclusão é um direito garantido por lei, mas verdadeiramente as instituições não estão preparadas e tampouco os professores. Gestores escolares vivem o dilema: como tratar pessoas com deficiência e, em especial, as com deficiência intelectual.

Garantir o aprendizado e sua permanência na escola, com prazer, requer uma estreita relação de afetividade, conquista diária, aprendizagem significativa.

Sasaki (1997) nos aponta: “(...) a celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a solidariedade humanitária; a igual importância das minorias; e cidadania com qualidade de vida”.

Princípios que devem servir para nos impulsionar e motivar para alcançar nossos objetivos e ideais inclusivos. Mas há controvérsias, quanto à teoria e prática, a falta de informação e formação do docente, contribui de maneira significativa.

Capacitar todos profissionais da instituição, seria o primeiro passo para evitar a frustração do professor que, por sua vez, não vê seu trabalho realizado satisfatoriamente.

Para Santos (2005), entre essas ações:

Merecem destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, referência na luta pela igualdade de direitos de todos, a Convenção

relativa dos Direitos das Crianças em vigor desde 1990, e a Declaração de Salamanca em 1994 que proclama a “inclusão das crianças, deficientes como direito do cidadão, o direito de ser diferente e ter uma educação de qualidade”. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 21).

Na Declaração Mundial de Educação para Todos, para Santos (2005), entre essas ações:

[...] particularmente, coloca em questão os processos escolares tradicionais, intensificando as reflexões em torno de como operacionalizar o princípio democrático de Educação para Todos, por meio de modernização de recursos, do acesso à aprendizagem de todos os alunos, do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão educacional e da prática pedagógica dos professores. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 28).

As políticas educacionais fundamentadas nos princípios da democracia e no reconhecimento do Direito de Todos a uma Educação de Qualidade, em que a escola pública seja um local de produção de conhecimentos, de espaços acolhedores e de respeito às potencialidades de cada um, realmente as políticas educacionais o fazem, mas comprometem a produção de conhecimento e o respeito às potencialidades de cada um, começando pelo professor, que não foi capacitado, orientado para trabalhar com o discente incluso. Por conseguinte, a armadilha comportamental se solidifica, com a má comunicação entre docente, discente, estarrece a afetividade por não saber compreender as limitações do docente/discente. Com o confronto emocional estabelecido, logo o docente compromete sua saúde física, mental, psicológica. A formação dos profissionais é meta primordial a ser traçada pelas políticas educacionais, proporcionando ao professor uma nova visão de escola. Consciente dessa nova visão, sua prática pedagógica será responsável, consciente, com embasamento teórico, formação contínua sobre o desenvolvimento humano e o cumprimento dos direitos humanos universais. Consciente e ciente do seu papel de professor, que nesta perspectiva torna-se um professor mediador e pesquisador do conhecimento, aceita a diversidade e a pluralidade, torna-se um aprendiz e vibra com cada conquista de cada aluno.

Segundo Reis (2014, p. 01): “Hoje o que determina a qualidade da vida profissional e o alcance de resultados não são as competências técnicas e, sim, habilidades de relacionamentos.”

As relações de trabalho estabelecidas no CEMEI Santo Antônio estão de acordo com as funções que cada funcionário desempenha. O quesito respeitado é o nível de formação acadêmica, correspondente à função a ser desempenhada.

Todos os funcionários da instituição ocupam seus cargos, depois de concursados, e a documentação é conferida, minuciosamente. Professores e educadores com documentação irregular são comunicados, tem um determinado tempo para regularizar sua situação, seja na formação e/ou regulamentação de documentos. Atualmente, todos os profissionais do CEMEI Santo Antônio estão cursando Pedagogia a distância ou Curso de Magistério, para futuros educadores da Educação Infantil.

O CEMEI “Santo Antônio” se propõe a avaliar, constantemente, o trabalho da equipe. A avaliação processual acontece diariamente, não se concentra, apenas, no cognitivo, respeita a individualidade, visando o crescimento pessoal da criança, com foco nos deveres de casa, participação, frequência e bagagem de conhecimentos da criança.

Avaliar a ação de toda a equipe técnica, administrativa e pedagógica, é o que fortalece os relacionamentos, buscando uma ação transformadora dentro do centro educacional, utilizando dos recursos pedagógicos de que dispões, revendo o processo, buscando aprimorar sempre.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação, na Educação Infantil, em acordo com a LDB, na Seção II, Art. 31, “... far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Analisando o texto da Lei, compreende-se que esta avaliação deve ter, portanto, a finalidade de acompanhar o desenvolvimento da criança, através de observações, reflexões constantes e registros do professor sobre as diferentes manifestações de conquistas, dificuldades e possibilidades. Através da avaliação é possível, ao professor, dispor dos principais elementos para as correções no processo educativo, planejando e direcionando o trabalho pedagógico, compartilhado por todas as pessoas responsáveis pela criança (escola e família).

Conforme Fernandes (2007):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, medir não é avaliar, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação. (FERNANDES, 2007, p. 19).

Partindo deste pressuposto, Penna (2009) coloca que a avaliação é realizada através:

- Da observação e acompanhamento, ou seja, o ato de observar contribui tanto para que o professor possa perceber a singularidade e a integralidade das crianças, quanto para que possa realizar propostas de trabalho de acordo com suas necessidades. Enquanto as crianças realizam as atividades, o professor encoraja a livre expressão, criando oportunidades, permitindo-lhes conhecer melhor os seus interesses e compreender os processos de aprendizagem.
- De fichas individuais para o registro do desenvolvimento de cada criança, a fim de construir um entendimento, que possa ser compartilhado com seus pares, outros profissionais e com os pais. Por isso, quando se avalia desta forma, tem que se ter em mente que várias pessoas poderão ler a que servirá a vários propósitos.
- De relatórios contendo as falas das crianças: é preciso considerar, nos processos avaliativos das crianças pequenas, aquilo que elas apontam, ou seja, é preciso considerá-las também como sujeitos do processo, que contribuem através de participações, falas, conclusões, sugestões e socializações, as quais precisam ser descritas e salientadas para serem compartilhadas com os pais e equipe. (PENNA, 2009, p. 01)

De acordo com o que relata Fernandes (2007):

O professor, trabalhando na perspectiva da avaliação formativa, não está preocupado no dia-a-dia em atribuir notas aos estudantes, mas em observar e registrar seus percursos durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Pode, dessa forma, planejar e replanejar os processos de ensino, bem como pode planejar as possibilidades de intervenção junto às aprendizagens de seus estudantes. (FERNANDES, 2007, p. 30).

Hoffmann (2012), conclui que:

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas. (HOFFMANN, 2012, p. 09).

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

Para Gadotti (apud FERREIRA, s d, p. 01), “avaliação é um tema que qualifica a educação, como também, os serviços prestados pela instituição”.

Assim relata Ferreira, (s d):

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político pedagógico. (FERREIRA, s d, p. 01).

A avaliação é um instrumento, que possibilita conhecer a viabilidade de programas e projetos, podendo ser utilizada, também, para o redirecionamento de objetivos, quando necessário, ou para a reformulação de propostas e atividades.

Ela se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas.

Avaliar é saber ler e interpretar os comportamentos das crianças e, assim, melhor estabelecer as orientações da programação educativa. A avaliação é ato de conhecimento e de reconhecimento de valores e tem com base a subjetividade. Portanto, não existe uma única forma de avaliar.

Para que a avaliação se torne acreditável o máximo possível, pode-se definir alguns critérios: autoconsciência, saber ouvir o outro, observar, solicitar a colaboração da criança, deixar claro as intenções, estar atento sobre o perigo dos instrumentos e o equívoco das mensurações.

Uma interessante sugestão é construir um fascículo histórico pessoal de cada criança, uma linha documentada do percurso seguido pela criança na formação

de sua identidade pessoal e cultural, um retrato da sua qualidade, das suas competências e das suas potencialidades.

ATUAÇÃO DO PROFESSOR/EDUCADOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O professor motivado, entusiasta, com autoconceito positivo, tem em mente que ao avaliar seu aluno, também estará avaliando seu trabalho. Aceitar que cada aluno é único, ímpar, e por si só, estabelece suas conexões de aprendizagem, organiza e reorganiza a estrutura do raciocínio lógico de diversas maneiras; é o primeiro aprendizado do professor. Transformará sua sala de aula em um laboratório de aprendizagens múltiplas, lugar onde professor e aluno são sujeitos do processo educativo, construindo e reconstruindo seu conhecimento. Suas aulas serão elaboradas com significados que transcendem as paredes de uma sala de aula, seus alunos serão questionadores, criativos, investigadores. Portanto, professores e alunos, engajados em um mesmo raciocínio, com os mesmos desejos de aprendizagem, tornar-se-ão cúmplices do aprender a aprender.

A avaliação, na Educação Infantil, é realizada através de estratégias previstas na Proposta Política Pedagógica, que permitam o acompanhamento e o registro das etapas alcançadas nos cuidados e na educação das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, com a elaboração da proposta pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, que este documento é essencial para nortear os trabalhos, sendo a base para todas as decisões, diante da demanda e necessidades da instituição.

Segundo Kramer (1999, apud BRASIL, 2006):

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que

precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir. (apud BRASIL, 2006, p. 12).

O caminho é conhecer a realidade do aluno, seus problemas e dificuldades, cultura e valores. Isto exige do gestor novas competências e aptidões cognitivas-atitudinais para que ele possa cumprir sua função nesta nova realidade socioeducativa, recriando e reinventando novas práticas, inovando e reestruturando o trabalho em equipe, tornando a escola autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Campos (2009, p. 07), ressalta que: “Atingir, concreta e objetivamente um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância, nos parece, nesse momento, o objetivo mais urgente”.

Concluindo, Brasil (2006):

A proposta pedagógica é a identidade de uma instituição educativa, no nosso caso, de uma instituição de Educação Infantil. Se você preferir, pode dizer que a proposta pedagógica é a “cara” de uma determinada creche ou pré-escola. É a “cara” de seus (suas) educadores (as), das crianças e famílias que a frequentam. Ela revela seu contexto, sua história, seus sonhos, seus desejos, suas crenças, seus valores, suas concepções e, a partir disso, os princípios e as diretrizes que orientam sua ação de educar as crianças e cuidar delas. Revela suas formas de organização, planejamento, avaliação, suas articulações, suas dificuldades, seus problemas e a forma de superá-los. Uma vez que o processo de constituição de identidades é dinâmico, a proposta pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução. (BRASIL, 2006, p. 13).

A Proposta Política Pedagógica é indispensável para a construção coletiva de uma educação de qualidade.

É necessário um planejamento, com propostas definidas, formando um elo entre: direção, funcionários, pais e alunos.

Com a elaboração coletiva do PPP, o CEMEI passa a ter uma visão de ações educativas que deseja realizar para alcançar seus objetivos, voltados para uma educação de qualidade.

É na Proposta Pedagógica que a instituição caracteriza seu perfil, ao delinear sua filosofia. Tal proposta confere à escola a sua identidade. Trata-se do seu verdadeiro retrato, pois expressará a sua fundamentação filosófica, política e pedagógica, ou seja, o processo educativo em todas as suas dimensões e como pretende desenvolvê-lo.

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, evitando uma ruptura na formação integral da criança e sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação de cuidar e educar e enriquecendo seu viver.

9. REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Coleção PROINFANTIL. Unidade 4. Livro de estudo: Módulo III. Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Brasília. MEC. 2006. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012771.pdf>>. Acesso em: 05 Agos. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília. MEC/SEB. 2010, p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília. MEC/SEB.(2006, p. 36-37). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo Ambiente Educação (GAE/PROARQ/FAU/UFRJ). Documento elaborado por AZEVEDO, G. A. N.; BASTOS, L. E. G.; RHEINGANTZ, P. A.; VASCONCELLOS, V. M. R.; AQUINO, L. M. L. Rio de Janeiro, junho de 2004. p. 15-16. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

CAIO EDUARDO, Ribeiro de Araújo. **Vida Cotidiana. Fatos Convencionais**. 2 ed. Brasília: Cotidiano, 2014 .

CAMPOS. Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 6.ed. Brasília. MEC. SEB. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>>. Acesso em: 05 Agosto, 2014.

CAMARGO, P. **Desencontros entre Arquitetura e Pedagogia**. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre. Ano VI. n. 18. P. 44-47. Nov. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

CHIAVENATO, Idalberto Manole. **Administração de Recursos Humanos** - 7ª Ed. 2008.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª Ed. Campinas. São Paulo. Papyrus Editora. 2004. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=8530807340>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e financiamento da educação no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 29 Agos. 2014.

FARIA, Vitória. SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. 2.ed., [ver. e ampl.]. São Paulo: Ática. 2012, p. 38.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo** : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=17216>>. Acesso em: 01 Agos. 2014.

FERREIRA, Isaac. **Projeto Político Pedagógico**. Portal da Educação. Secretaria Estadual de Educação. Estado de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

FERREIRA, Renata Delbianco Ritzdorf. **Avaliação Educacional e Projeto Político pedagógico**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm>>. Acesso em 01 Agos. 2014.

FOGAÇA, Jennifer. **Currículo no contexto escolar**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar.htm>>. Acesso em 22 Jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em:

<<http://files.pedagogiaunaes2010.webnode.com/200000237d3817d47b9/PedagogiadAutonomia.Freire.pdf>>. Acesso: em 30 Jun. 2014.

FREITAS, Francisca. **A tomada de decisões**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/a-tomada-de-decisoes>>. Acesso em: 31 Jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 19 Agos. 2014.

GUIMARÃES, Giselle Maria Brasileiro. **Educação do futuro para o futuro do seu filho**. 2012. Disponível em <<http://escolavirtualcesg2012.blogspot.com.br/2012/04/bom-dia-amores-da-vida-de-alguem.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 18.ed. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed. 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15519>>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

NONO, MaéviAnabel. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil** – Pesquisas e Práticas. UNESP. São Paulo. s d. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf>>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf> Acesso em: 28 Mai.2014 e 20 Jun. 2014.

PENNA, Paula. **Portfólios** – uma nova experiência em avaliação. 2009. Disponível em: <<http://penninha.blogspot.com.br/2009/10/portfolios-uma-nova-experiencia-em.html>>. Acesso em: 01 Agos, 2014.

REIS, Homero. **Os comportamentos que minam qualquer relação de trabalho**. Disponível em: <exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-comportamentos-que-minam-qualquer-relacao-de-trabalho>. Acesso em: 02 Agos. 2014.

RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico**. Colégio Alternativo. Rio Grande/RS, 2011. Disponível em:

<http://www.alternativorg.com.br/arquivos/PPP_EaD_2011.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil**. 9. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**. Disciplina: Projetos e Práticas Pedagógicas. 2. Ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Santo Antônio do Monte/MG, 2012. Disponível em:<<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da Diversidade**. São Paulo: Memmon, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMElS da cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMElS da cidade de São Paulo](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMElS_da_cidade_de_São_Paulo)>. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/Tempos Espa%C3%A7osPara%20Inf%C3%A2ncia_SuasLinguagens_CEI_Creche_EMEl.pdf](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/Tempos_Espa%C3%A7osPara%20Inf%C3%A2ncia_SuasLinguagens_CEI_Creche_EMEl.pdf)>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

SASSAKI, R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional**. Curitiba, PR: IESD, 2005.

SHIMIZU, T. **Decisão nas Organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

THIAGO, L. P. S. **Espaço que dê espaço**. In: OSTETTO, L. E. (Org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas. Papyrus. 2006. P. 51-62.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/>>. Acesso em: 30 Jun. 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas: fundamentos de defectologia**. Cuba, Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989. v.5.